CONVÊNIO Nº 17/2020 Processo nº 2020/601491

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO PARÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA E A PREFEITURA MUNCIPAL DE ITAITUBA.

O Estado do Pará, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde Pública, inscrita sob o CNPJ/MF nº 05.054.929/0001-17 doravante denominada simplesmente CONCEDENTE, situada na Av. João Paulo II, 602, CEP: 66.095-494 -- Marco / Belém-PA, neste ato representada pelo seu SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, DR. RÔMULO RODOVALHO GOMES, inscrito no CPF nº 825.101.051-91, portador da Carteira de Identidade nº 1621605 SSP/DF, nomeado por Decreto publicado no Diário Oficial do Estado nº 34.269 de 01 de Julho de 2020 e a PREFEITURA MUNCIPAL DE ITAITUBA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.138.730/0001-77, doravante denominado (a) simplesmente CONVENENTE, situado (a) na Tv. 14 de agosto, nº 169 – Centro - CEP: 68180-000 - Pará, neste representada pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. VALMIR CLIMACO DE AGUIAR, portador do RG nº 4569273 - PC/PA e CPF 111.000.952-68, resolvem celebrar o presente Convênio, sujeitando-se os partícipes, no que couber, aos termos da disposição da lei federal nº 8.666, de 21.06.93 com suas alterações, do Decreto estadual nº 733, de 13.05.2013, e demais normas regulamentares da matéria, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto a aquisição de uma ambulância tipo A - Simples Remoção que será atendida através de Emenda Parlamentar PI 20EMEN00100 do Deputado Hilton Aguiar.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE EXECUÇÃO

O presente Convênio terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, correspondendo ao prazo de execução físico-financeira.

Parágrafo Primeiro - A vigência deste instrumento poderá ser prorrogada ou alterada, por meio de Termo Aditivo Simplificado de Prorrogação de Prazo, por um período máximo de 60 meses do celebrado de comum acordo entre os partícipes, desde que não implique em modificação do objeto aprovado.

Parágrafo Segundo - Quando houver atraso na liberação dos recursos, a vigência será prorrogada "de ofício" pelo Ordenador de Despesa da CONCEDENTE, no limite exato do período de atraso verificado.

Av. João Paulo II, 602 - Marco, Belém - PA, 66087-048 Fone: (91) 4006-4203 2/



Parágrafo Terceiro - As prorrogações de vigência de que tratam os parágrafos anteriores aplicar-seão apenas em relação ao prazo de execução físico-financeira.

Parágrafo Quarto - Quando necessária a prorrogação da vigência do Convênio original, a solicitação neste sentido deverá ser apresentada com a antecedência mínima de 20 (vinte) dias, antes do término de sua vigência, acompanhada da devida justificativa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

Para execução deste Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de R\$ R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil) sendo repassado pela SESPA o valor de R\$ 130.000,00 (centro e trinta mil reais), previstos na seguinte dotação:

Proj, Atividade: 908289 Elem. Despesa: 444042

Fontes: 0103

Parágrafo Primeiro. A CONVENENTE participará, a título de contrapartida, com o valor de R\$20.000,00 (vinte mil reais), que deverá ser depositada na conta especifica do Convênio, qual seja: Conta Corrente nº 6665926 - Agência/Unidade nº 38 - BANPARÁ Parágrafo Segundo. O repasse realizado pela CONCEDENTE fica condicionado ao cumprimento das exigências técnicas previstas no Parecer Técnico nº 021/2020.

CLÁUSULA QUARTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

A CONCEDENTE transferirá os recursos previstos na cláusula terceira, em favor do CONVENENTE, em conta específica, aberta pela CONCEDENTE em instituição financeira oficial e somente poderão ser movimentadas para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho ou para aplicação no mercado financeiro, em que fique identificado o favorecido e consignada sua destinação, vinculada ao presente instrumento, onde serão movimentados na forma da legislação específica.

Parágrafo Primeiro - Os recursos da contrapartida deve também observar o disposto no caput da Cláusula Quarta.

Parágrafo Segundo - A liberação dos recursos financeiros do Convênio destinados ao cumprimento do objeto obedecerá ao Plano de Trabalho previamente aprovado, tendo por base o cronograma de desembolso ali previsto, cuja elaboração terá como parâmetro, para a definição das parcelas, o detalhamento da execução física do objeto e a programação financeira dos órgãos e entidades estaduais.

Parágrafo Terceiro - É vedada a transferência, por parte da CONVENENTE, dos recursos alocados à conta aberta pela CONCEDENTE, na forma descrita no "caput" da cláusula.



Av. João Paulo II, 602 - Marco, Belém - PA, 66087-048

Fone: (91) 4006-4203

Parágrafo Quarto – O pagamento da importância referida far-se-á, após publicação deste Convênio, de acordo com o Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho Aprovado, que integra este instrumento, observada a sua disponibilidade financeira.

Parágrafo Quinto – A ausência de prestação de contas no prazo estabelecido pela CONCEDENTE importará se for o caso, na imediata suspensão das liberações subsequentes.

Parágrafo Sexto – É obrigatória a restituição pelo CONVENENTE à CONCEDENTE de eventual saldo de recursos, inclusive os rendimentos da aplicação financeira, no prazo improrrogável de ate 30 (trinta) dias após a conclusão ou extinção deste Convênio.

Parágrafo Sétimo – Para se habilitar ao recebimento de recursos de que se trata esta Cláusula, a CONVENENTE declara não estar inadimplente ou em mora com o Serviço Público Estadual e Federal.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES

- I A CONCEDENTE compromete-se a:
- 1.1 Monitorar, acompanhar e fiscalizar o Convênio, além de avaliar a execução e os resultados;
- 1.2 Transferir os recursos financeiros para execução do objeto deste Convênio na forma do Cronograma de Desembolso devidamente aprovado, observada a sua disponibilidade financeira:
- 1.3 Celebrar o convênio, com a correspondente comunicação da assinatura do termo à Assembleia Legislativa e às Câmaras Municipais;
- 1.4 Verificar a realização do procedimento licitatório pelo **CONVENENTE** conforme as regras correntes para aquisição de bens comuns por parte da Administração Pública;
- 1.5 Proceder à execução orçamentária e financeira necessária aos convênios, providenciando os devidos registros nos Sistemas do Estado;
- 1.6 Acompanhar a execução do objeto conveniado, assim como verificar a regularidade da aplicação das parcelas de recursos anteriores, de acordo com o plano de trabalho, condicionando a continuidade da liberação das posteriores, quando for o caso;
- 1.7 Designar a servidor **IRNANDO SIQUEIRA DA TRINDADE**, enfermeiro, matricula 589588/1, CPF 414.772.352-72, RG 2346980, SEGUP/PA D. N 17/06/73, para acompanhar, controlar e fiscalizar a execução do objeto deste Convênio, mediante a elaboração de relatórios de acompanhamento de execução física do objeto do Convênio a ser emitido trimestralmente e emissão de Laudo Conclusivo nos termos do art. 1º da Resolução nº 13.989/95 do Tribunal de Çontas do Estado do Pará T. C. E;
- 1.8 Analisar e aprovar as Prestações de Contas da aplicação dos recursos da **CONCEDENTE** alocados no Convênio se for o caso;
- 1.9 Notificar o **CONVENENTE** quando não apresentada a prestação de contas dos recursos aplicados ou constatada irregularidade dos recursos públicos transferidos e instaurar, se for o caso, a competente Tomada de Contas Especial.

II - A CONVENENTE compromete-se a:

Av. João Paulo II, 602 - Marco, Belem - PA, 66087-048

Fone (91) 4006-4203



- 2.1 Executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no convênio, observando os prazos e custos, designando profissional habilitado no local da intervenção com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, quando for o caso:
- 2.2 Executar direta e indiretamente, nos termos da legislação pertinente, os trabalhos necessários a consecução do objeto de que trata este Convênio, observando sempre critérios de qualidade técnica, custos e prazos previstos:
- 2.3 Fornecer ao CONCEDENTE, a qualquer tempo, informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e avaliação do processo.
- 2.4 Aplicar os recursos recebidos da CONCEDENTE e os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras, exclusivamente na consecução do objeto pactuado.
- 2.5 Registrar em sua contabilidade analítica os atos e fatos administrativos de gestão dos recursos alocados a este Convênio:
- 2.6 Prestar contas dos recursos transferidos pela CONCEDENTE, destinados à consecução do objeto do convênio;
- 2.7 Prestar contas dos recursos alocados pela CONCEDENTE e dos rendimentos das aplicações financeiras, conforme a Cláusula Nona deste instrumento, nos termos da legislação vigente;
- 2.8 Manter arquivada a documentação comprobatória das despesas realizadas, devidamente identificada com o número do Convênio, ficando à disposição do órgão de controle interno, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da aprovação da prestação ou tomada de contas, do gestor do órgão CONCEDENTE, relativa ao exercício da concessão;
- 2.9 Apresentar à CONCEDENTE relatórios de desempenho da execução deste Convênio na forma da legislação pertinente e nos períodos estabelecidos;
- 2.10 Propiciar, em local adequado, os meios e condições necessárias para que a CONCEDENTE possa exercitar o estabelecido no item 1.2;
- 2.11 Permitir o livre acesso de servidores do Sistema de Controle Interno ao qual esteja subordinado a CONCEDENTE, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta e indiretamente com o instrumento pactuado, quando em missão de fiscalização e auditoria:
- 2.12 Arcar com quaisquer ônus de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária ou social, acaso decorrentes da execução deste Convênio;
- 2.13 Promover as licitações que forem necessárias para a aquisição de materiais ou insumos a serem utilizados na execução do objeto avençado, de acordo com/a legislação específica, observadas normas vigentes para aquisição de bens comuns por parte/da Administração Pública;
- 2.14 Restituir o valor transferido pela CONCEDENTE acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Estadual, a partir da data de seu recebimento, nos seguintes casos:



Av. João Paulo II, 602 - Marco, Belém - PA, 66087-048 Fone: (91) 4006-4203



- 2.14.1 Quando não for executado, o objeto da avença, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovada;
- 2.14.2 Quando não for apresentada, no prazo estabelecido, a prestação de contas, salvo quando decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado; e
- 2.14.3 Quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida.
- 2.15 Aplicar obrigatoriamente no mercado financeiro os recursos recebidos da **CONCEDENTE**, enquanto não forem empregados em sua finalidade, conforme a seguir:
- 2.15.1 Em caderneta de poupança de instituição oficial, preferencialmente do Estado do Pará, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês; e,
- 2.15.2 Em fundo de aplicação de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública, quando sua utilização estiver revista para prazos menores.

CLÁUSULA SEXTA - DO PLANO DE TRABALHO

A **CONVENENTE**, para o atingimento do objeto avençado, obriga-se a cumprir o Plano de Trabalho Aprovado, especialmente elaborado para este fim, o qual passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de sua transcrição.

Parágrafo Primeiro - A CONVENENTE se compromete a concluir o objeto do presente instrumento, com recursos próprios, caso os recursos transferidos pela CONCEDENTE sejam insuficientes.

Parágrafo Segundo - É facultado a CONCEDENTE, na qualidade de responsável pelo programa, assumir ou transferir a execução, no caso de paralisação ou de fato relevante que venha a concorrer, de modo a evitar a descontinuidade de prestação de serviço à saúde.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA

As faturas, notas fiscais, recibos e outros documentos de despesas, relativas à execução físico-financeira do objeto avençado, deverão ser emitidos em nome da **CONVENENTE** ou do **EXECUTOR**, se for o caso, bem como, devidamente identificados com o número deste Convênio.

Parágrafo Primeiro - Não poderão ser pagas com recursos do Convênio despesas com:

- a) data anterior ou posterior à vigência da execução físico-financeira do Convênio;
- b) pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista dos Municípios;
- c) pagamento, a qualquer título, de militar ou de servidor público, da ativa ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços de consultoria ou assistência técnica;
- d) taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive as referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
- e) taxa de administração, gerência ou similar; clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres;
- f) finalidade diversa da estabelecida no Convênto mesmo em caráter emergencial;



Av. João Paulo II, 602 - Marco, Belém - PA, 66087-048 Fone: (91) 4006-4203 5



- g) despesa em data anterior ou posterior a vigência do convênio;
- h) publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, em que não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Parágrafo Segundo - Deverá ser mantida, obrigatória e permanentemente, em local visível, sob pena de imediata suspensão de liberação dos recursos, placa identificadora nos termos do parágrafo primeiro, do artigo 37, da Constituição Federal.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL E FINAL

Quando a liberação dos recursos ocorrer em 03 (três) ou mais parcelas ou desembolsos financeiros, a terceira ficará condicionada à apresentação de prestação de contas parcial, composta da documentação especificada nas alíneas "d"; "e"; "h" e "k", se for o caso, no Parágrafo Quinto desta Cláusula, demonstrando o cumprimento da etapa ou fase referente à primeira parcela ou desembolso financeiro liberado, e assim sucessivamente.

Parágrafo Primeiro - Caso a CONVENENTE tenha apresentado a(s) prestação (ões) de contas parcial (ais), a comprovação final se referirá à parcela ou desembolso financeiro pendente, não sendo necessário juntar a documentação já apresentada.

Parágrafo Segundo - Após a aplicação da última parcela ou desembolso financeiro, será apresentada a prestação de contas final relativa ao total dos recursos recebidos, composta das peças enumeradas no Parágrafo Terceiro desta Cláusula.

Parágrafo Terceiro - As despesas serão comprovadas mediante apresentação de cópia autenticada das ordens bancárias e/ou cheques (verso e anverso), documentos fiscais ou equivalentes, devendo as faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios serem emitidos em nome do Convenente, observando-se sempre o prazo máximo estabelecido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará para o mesmo fim.

Parágrafo Quarto - A prestação de contas parcial é aquela pertinente a cada uma das parcelas de recursos liberados, devidamente autuada, numerada, assinada pelo responsável do Convenente e composta da seguinte documentação:

- a) documentos comprovando o ingresso e a respectiva contabilização no caixa da Entidade, tudo devidamente assinado pelo responsável e pelo tesoureiro, se for o caso;
- b) documento comprobatório das despesas e relatório de/cymprimento do objeto;
- c) cópia integral dos processos licitatórios ou documentação/hábil comprovando as razões em que se baseou o responsável para dispensá-la ou não exigi-la
- d) cópia da documentação comprobatória dos/ recolhimentos correspondentes aos valores descontados dos beneficiários dos pagamentos:

Av. João Paulo II, 602 - Marco, Belém - PA, 66087-048 Fone: (91) 4006-4203

e) conciliação bancária; VI - extrato da conta bancária específica do período do recebimento da 1ª parcela até o último pagamento.

Parágrafo Quinto - A prestação de contas final, relativa ao total dos recursos recebidos, assinada pelos responsáveis, providência que também deverá ser adotada para os documentos que couber, deverá ser apresentada ao órgão CONCEDENTE até 60 (sessenta) dias após o término da vigência do Convênio, ou antes, de seu término, se o objeto já tiver sido executado, sem prejuízo do prazo regulamentado pelo Tribunal de Contas, o qual deverá ser acompanhada das peças constitutivas descritas da seguinte forma:

- a) balancete financeiro;
- b) relação dos documentos de despesa, incluindo notas fiscais, recibos, faturas, boletim de medições e outros, por categoria de programação e por elemento de despesa, devidamente totalizados, ordenados cronologicamente e numerados, mencionando o número de ordem e o tipo de documento de pagamento, relação essa devidamente assiriada pelo responsável e pelo contador;
- c) documentos comprovando o ingresso e a respectiva contabilização dos recursos no caixa do Órgão ou Entidade, tudo devidamente assinado pelo responsável e pelo tesoureiro, se for o caso;
- d) documento comprobatório das despesas e relatório de cumprimento do objeto;
- e) cópia integral dos processos licitatórios ou documentação hábil comprovando as razões em que se baseou o responsável para dispensá-la ou não exigi-la;
- f) cópia da documentação comprobatória dos recolhimentos correspondentes aos valores descontados dos beneficiários dos pagamentos;
- g) conciliação bancária, devidamente assinada pelo responsável e pelo contador;
- h) cópia do comprovante da devolução do saldo financeiro remanescente se houver:
- i) relatório de execução físico-financeira;
- j) demonstrativo da execução da receita e despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferências, a contrapartida, os rendimentos auferidos da aplicação dos recursos no mercado financeiro e os saldos, quando for o caso;
- k) relação de bens, quando for o caso;
- I) relação de treinados ou capacitados, quando for o caso;
- m) relação dos serviços prestados, quando for o caso;
- n) extrato(s) da conta bancária específica do convênio, referente(s) ao período do recebimento da 1ª parcela até o último pagamento, apresentando o saldo zero;
- o) cópia do termo de aceitação definitiva da obra, quando o instrumento objetivar a execução de obra ou serviço de engenharia;
- p) termo de compromisso pelo qual o Convenente se obriga a manter os documentos relacionados ao convênio em arquivo pelo prazo de, no mínimo, 10 (dez) anos após a aprovação da prestação de contas pelo Tribunal de Contas Competente.



CLÁUSULA NONA - DA DENÚNCIA E RESCISÃO

O convênio poderá ser denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, não sendo admissível cláusula obrigatória de permanência ou sancionadora dos denunciantes.

Parágrafo Primeiro: O presente Convênio poderá ser denunciado por qualquer dos partícipes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou a qualquer tempo, em face da superveniência de impedimento legal que o torne formal ou materialmente inexequível.

Parágrafo Segundo: Constituem motivos para a rescisão do Convênio, a qualquer tempo, independentemente do instrumento de sua formalização:

- a) O inadimplemento de qualquer das cláusulas pactuadas;
- b) A constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado;
- c) A verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial;
- d) Falta de prestação de contas parcial e final no prazo estabelecido, sem justa causa;
- e) Utilização dos recursos em finalidade diversa daquela prevista no objeto do Convênio.

Parágrafo Único - No caso de rescisão do presente instrumento, o beneficiário obriga-se a restituir à CONCEDENTE, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de rescisão, o saldo financeiro apurado dos recursos por este transferidos para a consecução do objeto avençado, acrescidos de juros e correção monetária, na forma da lei, bem como comprovar a sua regular aplicação, enquanto vigente o Convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

Em caso de inadimplência por parte da **CONVENENTE**, a **CONCEDENTE** determinará o bloqueio dos recursos transferidos, sem prejuízo de outras sanções administrativas, civis e penais cabíveis, ressalvadas as exceções decorrentes de previsões legais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

Toda e qualquer alteração ao presente Termo de Convênio, exceto no tocante ao seu Objeto, será processada mediante a assinatura de Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

A CONCEDENTE providenciará, como condição de eficácia, a publicação deste Convênio, em Extrato, no Diário Oficial, em até 10 (dez) dias a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA-DO FORO

Av. João Paulo II, 602 - Marco Belém - PA, 66087-048 Fone: (91) 4006-4203 8





As questões decorrentes da execução deste Convênio, que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Capital.

E, para validade do que pelos partícipes foi avençado, firmou-se este instrumento de 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Belém, 13 de 08 de 2020.

ROMULO RODOVALHO GOMES

Secretário de Estado de Saúde Bública

VALMIR CLIMACO DE AGUIAR

Prefeito Municipal de Itaituba

TESTEMUNHAS:

NOME:

CPF Nº: 018, 910 /22

NOME Juliana Oni Tima de S. San tro

CPF Nº: 0 20.636.782 - 19



ANEXO A PORTARIA Nº 226, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

ÁREA/UNIDADE ORÇA-	2º QUADRIMESTRE - 2020							
MENTÁRIA/GRUPO DE DESPESA/SUBGRUPO DE DESPESA	FONTE	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	TOTAL		
DEFESA SOCIAL					<u> </u>			
PMPA						***************************************		
Investimentos		0.00	0.00	0.00	220.000,00	220.000,00		
Equipamentos e Material Permanente				5,60	220.000/00	220.000,00		
	0101	0,00	0,00	0,00	220.000,00	220.000,00		
SEGUP						T		
Investimentos		0,00	0,00	0,00	30.000,00	30.000.00		
Equipamentos e Material Permanente	(0100					201000/00		
INFRA-ESTRUTURA E	0101	0,00	0,00	0,00	30.000,00	30.000,00		
TRANSPORTE								
SEDOP	400000000000000000000000000000000000000							
Investimentos		0,00	0,00	0,00	800.000,00	800,000,00		
Outras Despesa de Inves- timentos					5001000,00	000.000,00		
	0101	0,00	0,00	0,00	800.000,00	800,000,00		
POLÍTICA SOCIAL								
FES					***************************************			
Outras Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	5.260.000,00	5.260,000,00		
Despesas Ordinárias					unamanamin'ila			
	0103	0,00	0,00	0,00	5.260,000,00	5.260.000,00		
SEASTER					***************************************			
Outras Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	100.000,00	100,000,00		
Despesas Ordinárias						377,570,00		
	0101	0,00	0,00	0,00	100.000,00	100,000,00		
PROGRAMA/	29 OHADDIMECTRE 2020							

PROGRAMA/	FONTE	2º QUADRIMESTRE - 2020						
ORGÃO		MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	TOTAL		
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos		0,00	0,00	0,00	120.000,00	120.000,00		
PMPA						1		
	0101	0,00	0,00	0,00	120.000,00	120.000,00		
Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade		0,00	0,00	0,00	800.000,00	800.000,00		
SEDOP								
	0101	0,00	0,00	0,00	800,000,00	800.000,00		
Governança Pública		0,00	0,00	0,00	100,000,00	100.000,00		
SEASTER			1		200,000,00	200.000,00		
	0101	0,00	0,00	0.00	100.000,00	100.000,00		
Saúde		0,00	0,00	0,00	5.260,000,00	5.260,000,00		
FES						3.200.000,00		
	0103	0,00	0,00	0,00	5.260.000.00	5.260.000,00		
Segurança Pública PMPA		0,00	0,00	0,00	130.000,00	130.000,00		
SEGUP	0101	0,00	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00		
SEGUP			Time the survey					
	0101	0,00	0,00	0,00	30.000,00	30.000,00		
F0117-	-		20	QUADRIMESTRE -	2020			
FONTE		MAIO	JU-	JULHO	AGOSTO	TOTAL		

FONTE	2º QUADRIMESTRE - 2020						
	MAIO	JU- NHO	JULHO	AGOSTO	TOTAL		
0101 - RECURSOS ORDI- NARIOS	0,00	0,00	0,00	1.150.000,00	1,150,000,00		
NARIOS 0103 - FES - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	5.260,000,00	5.260,000,00		
TOTAL	0,00	0,00	0,00	6.410,000,00	6,410,000,00		

Protocolo 570888

SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE PUBLICA

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convênio nº: 17/2020

Processo nº 2020/537514

Objeto: O presente Convênio tem por objeto a aquisição de uma ambulância tipo A - Simples Remoção que será atendida através de Emenda Parlamentar PI 20EMEN00100 do Deputado Hilton Aguiar.

Data de Assinatura: 13/08/2020 Vigência: 13/08/2020 a 12/08/2021 Valor Total: R\$150.000,00 Valor Concedente: R\$130.000,00 Valor Contrapartida: R\$ 20.000,00

Beneficiário ente Público: Prefeitura Municipal de Itaituba Concedente: Secretaria de Estado de Saúde Pública- SESPA

Ordenador: Rômulo Rodovalho Gomes – Secretário de Estado de Saúde Pública

Protocolo 570889 PORTARIA Nº 0448 DE 13 DE AGOSTO DE 2020

O Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo art.1º, inciso I da Portaria nº 194 de 12 de Março de 2019, publicada no DOE nº 33.823 de 13/03/2019. RESOLVE:

DESIGNAR, a servidora RAIMUNDA NONATA BEMERGUY COELHO, matricula nº 5563127/3, cargo AGENTE DE ARTES PRÁTICAS, lotada na DIVISÃO DE CONTROLE DE SALÁRIOS, para exercer a Função Gratificada de CHEFE DA SEÇÃO DE APOIO TÉCNICO, padrão FG-4. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE,

GABINETE DO SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, EM 13.08.2020.

ARIEL DOURADO SAMPAIO MARTINS DE BARROS

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA/SESPA

PORTARIA COLETIVA Nº 0449 DE 13 DE AGOSTO DE 2020

O Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo art.1º, inciso II da Portaria nº 194 de 12 de Março de 2019, publicada no DOE 33.823 de 13/03/2019. RESOLVE:

I - CESSAR, os efeitos na Portaria Coletiva nº 181/2020, publicada no DOE nº 34.173 de 07.04.2020, que autorizou a servidora RENATA TEIXEIRA DE CARVALHO SILVA, cargo ARQUITETO, matrícula nº 3328473/3, lotada no DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO E ENGENHARIA SANITÁRIA, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 60% (Sessenta por Cento) do vencimento base.

II - AUTORIZAR, o servidor MURILO GONÇALVES MACHADO, cargo AR-QUITETO, matrícula nº 57197857/1, lotado no DEPARTAMENTO DE SA-NEAMENTO E ENGENHARIA SANITÁRIA, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 60% (Sessenta por Cento) do vencimento base. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE

GABINETE DO SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, EM 13.08.2020.

ARIEL DOURADO SAMPAIO MARTINS DE BARROS

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA/SESPA

PORTARIA Nº 451 DE 14 DE AGOSTO DE 2020

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através do Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado no DOE Nº 28.508/18.07.1997.

CONSIDERANDO o Decreto nº 795 de 29/05/2020, publicado no DOE nº 34.240 de 01/06/2020;

CONSIDERANDO o teor do Processo nº 2020/115803.

RESOLVE:

I- CEDER, a contar de 14.08.2020, a PREFEITURA MUNICIPAL DE MOJU / SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, o servidor EDIMILSON PEREIRA BAR-RA, matrícula nº 57207996/1, cargo TÉCNICO DE ENFERMAGEM, lotado no HOSPITAL REGIONAL - CAMETÁ, com ônus para o órgão cessionário, em conformidade ao Decreto nº 795 de 29/05/2020, publicado no DOE nº 34.240 de 01/06/2020;

II- A cessão terá prazo de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado pelo mesmo período.

PORTARIA Nº 453 DE 14 DE AGOSTO DE 2020

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através do Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado no DOE Nº 28.508/18.07.1997,

CONSIDERANDO o Decreto nº 795 de 29/05/2020, publicado no DOE nº 34.240 de 01/06/2020.

E CONSIDERANDO o teor do processo nº 2020/418024.

RESOLVE:

CEDER, a SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO - SETUR, a servidora ROSA DE FATIMA PEREIRA DE CARVALHO, matrícula nº 2023199/3, cargo PSICÓLOGO, lotada no DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, pelo período de 04 (quatro) anos, com ônus para o órgão de destino. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, EM 14.08.2020.

ROMULO RODOVALHO GOMES

SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em exercício

PORTARIA Nº 455, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo art.138, parágrafo único, inciso V da Constituição Estadual.

CONSIDERANDO a solicitação através do PAE Nº 605122/2020. RESOLVE:

DESIGNAR, a contar de 19.06.2020, a servidora SIMONE TRINDADE DE OLIVEIRA, Matrícula nº 57206585/1, para responder pela DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DE REDE ASSISTENCIAL - DDRA, até ulterior delibe-

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE,

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, EM